

**Educação Infantil na luta histórica pela dignidade e
direito dos bebês e das crianças pequenas**

*Early Childhood Education in the historical struggle for the dignity and
rights of babies and small children*

*Educación Infantil en la lucha histórica por la dignidad y el
derecho de los bebés y de los(as) niños(as) pequeños(as)*

Entrevista: Rita de Cássia Freitas Coelho

Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa¹
Universidade Federal do Tocantins

Jocicleia Souza Printes²
Universidade do Estado do Amazonas



Doutora honoris causa pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Coordenação-Geral de Educação Infantil (COGEI), ligado à Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC). Rita Coelho é uma referência na militância por políticas públicas de educação infantil no Brasil. Incansável na mobilização pela dignidade da infância, pelo respeito aos direitos da criança e contra a fome E-mail: educacaoinfantil@mec.gov.br.

¹ Doutora em Educação. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: menissa.bessa@uft.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6176132217099400>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1941-5524>.

² Doutora em Educação. Universidade do Estado do Amazonas. Tabatinga, Amazonas (AM), Brasil. E-mail: jprintes@uea.edu.br; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2493027648589841>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6065-6058>.

Resumo: Rita Coelho é um dos principais nomes ligados à defesa do direito das crianças por Educação Infantil no Brasil. Ela esteve à frente da COGEI (SEB/MEC) por nove anos – 2007 a 2016 – e retornou, no atual governo federal, buscando caminhos para a construção e implementação de políticas públicas. Na entrevista ela nos conta sobre sua escolha e atuação a favor das infâncias e ao acesso das crianças à educação. Seu diálogo conosco é encharcado de ricas experiências e destas ela revela arenas de disputas conceituais e orçamentárias, o acirramento de embates políticos, os avanços e os recuos desse processo de luta. Por fim, Rita reforça seu otimismo no avanço da educação dos bebês e das crianças pequenas, assim como, o enfrentamento contra a pobreza que vitimiza de forma marcante as crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil; Políticas Públicas; Bebês; Crianças pequenas; Dignidade.

Abstract: Rita Coelho is one of the leading names in the defense of children's rights to Early Childhood Education in Brazil. She was ahead of COGEI (SEB/MEC) for nine years – 2007 to 2016 – and has returned in the current federal government, to seek new paths for development and implementation of public policies. In the interview, she shared her choice and performance in favor of children and their access to education. Her dialogue was full of rich experiences, and from those she revealed arenas of conceptual and budgetary disputes, the intensification of political conflicts, and the advancements and setbacks of this struggle process. In the end, Rita reinforced her optimism on the advancement in babies' and small children's education, as well as in confronting poverty, which deeply victimizes them.

Keywords: Early Childhood Education; Public Policies; Babies; Small Children; Dignity.

Resumen: Rita Coelho es uno de los principales nombres ligados a la defensa del derecho de los(as) niños(as) a la Educación Infantil en Brasil. Ella estuvo al frente de la COGEI (SEB/MEC) durante nueve años – 2007 a 2016 – y regresó, en el actual gobierno federal, buscando caminos para la construcción y la implementación de políticas públicas. En la entrevista, ella nos cuenta sobre su elección y actuación a favor de la infancia y del acceso de los(as) niños(as) a la educación. Su diálogo con nosotros está inmerso de ricas experiencias y, a partir de estas, ella revela espacios de disputas conceptuales y presupuestarias, el recrudecimiento de enfrentamientos políticos, los avances y retrocesos de este proceso de lucha. Por último, Rita refuerza su optimismo en el avance de la educación de los bebés y de los(as) niños(as) pequeños(as), así como en la lucha contra la pobreza que victimiza de manera marcante a los niños(as).

Palabras clave: Educación Infantil; Políticas Públicas; Bebés; Niños(as) pequeños(as); Dignidad.

Recebido em: 03 de junho de 2025

Aceito em: 08 de agosto de 2025

Entrevista

REPOD: Para começar nosso encontro, vamos conhecer mais sobre a sua história: onde você nasceu, como foi a sua infância, frequentou uma instituição ou turma correspondente à educação infantil?

Rita Coelho: Nasci em Minas Gerais, numa cidade da Serra da Mantiqueira, que liga Minas ao Rio, que é Barbacena. Uma cidade que foi sede dos grandes hospícios de Minas considerado o holocausto brasileiro. Mas também uma cidade de plantação de rosas, de plantação de morangos, uma cidade muito fria. Eu nasci circunstancialmente lá, porque o meu pai tinha feito um concurso nacional para o antigo IAPI (Instituto de Aposentadoria

e Pensão dos Industriários) e ele foi lotado na superintendência de Barbacena, onde nós moramos por 2 anos e logo depois mudamos para Belo Horizonte. Em Belo Horizonte, já com quatro anos, eu frequentei o Jardim da infância Delfim Moreira, a pré-escola, com aquela concepção de jardim de infância, um prédio lindo no centro da cidade, mas uma concepção de educação infantil preparatória, muito autoritária. Eu lembro dos castigos horríveis que a gente viveu, mas lembro também de um currículo muito rico de balé, de teatro, de música, de festas de muita leitura e biblioteca.

REPOD: Analisando sua história pessoal e a organização social da atualidade, qual sua compreensão sobre os motivos que nos levaram a garantir em lei que a educação de bebês e crianças pequenas constitui-se na primeira etapa da Educação Básica?

Rita Coelho: Defendi na constituinte a educação infantil, o atendimento em creche e pré-escola, reconhecido como direito à educação. Primeiro porque era uma necessidade social que apareceu claramente no movimento da constituinte. Segundo, porque era vinculado à assistência social numa concepção de filantropia e de direito de pobres, e já entendiam que era setores da sociedade um direito de todas as crianças, porque também as crianças ricas, muitas vezes, são desrespeitadas no seu direito a ser educada de uma forma lúdica, de uma forma dialogada. Eu não tenho dúvida de que a educação infantil, desde o atendimento na creche, a faixa etária de zero a três, é um direito à educação e achei muito acertado a vinculação ao sistema educacional brasileiro, para o bem e para o mal, porque o sistema educacional tem características muito importantes para os bebês e crianças pequenas, mas tem características muito inadequadas, porque elas foram todas pensadas a partir de sete anos de idade.

REPOD: A partir da sua formação em Sociologia, como surgiu o interesse e como foi sendo construída sua relação com a educação infantil?

Rita Coelho: Foi pela pobreza, pela desigualdade social, pelo sofrimento da infância. Eu via na educação uma possibilidade de justiça, mesmo que não total. Primeiro a questão da infância, dos bebês, das crianças pequenas, a vulnerabilidade e depois a questão da pobreza, da desigualdade. Eu sofria muito com isso. Às vezes, levava para casa mendigos com crianças pequenas de colo, em balaies. Isso era um problema para a minha família. Mesmo depois de casada, eu às vezes fazia isso. Levava para acolher, para tomar um banho, para arrumar uma passagem para a pessoa ir embora. Foi pela dimensão da injustiça e da vulnerabilidade da infância.

REPOD: Entre os professores que a senhora teve na universidade, que leituras ou pesquisa de algum professor que teve referência nessa discussão da educação para a criança pequena, para o bebê?

Rita Coelho: Nenhum! Mas a minha universidade foi muito boa. Eu estudei na Federal de Minas Gerais. Entrei na época que o curso era Ciências Econômicas. A sociologia era uma opção do terceiro ano, quando a gente escolhia entre Econômicas ou Sociais, mas veio a unificação do vestibular e a gente já passava para a opção de Sociais e para a faculdade de Filosofia. Então, na minha faculdade, eu não lembro de nenhum trabalho vinculado à infância. Eu lembro muito de trabalhos vinculados à pobreza, à desigualdade social, com verdadeiros mestres que ainda são referências nacionais, internacionais, mas sobre infância não. A infância foi uma dimensão que vou perceber como uma possibilidade na política já na década de 1990, a partir das eleições municipais em Belo Horizonte. Nessa época participei do programa do candidato do PT (Partido dos Trabalhadores, Patrus Ananias, que foi nosso prefeito, foi nosso

secretário, foi ministro e que é deputado federal. Ele era da base das creches comunitárias conveniadas. Fiz parte de um grupo que elaborou um projeto chamado Criança Cidadã, que era parte do programa de governo dele. Nesta época, eu me vínculo ao movimento de luta por creche em Belo Horizonte, me vínculo aos grupos da Faculdade de Educação, da PUC (Pontifícia Universidade Católica) de Minas, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), já com essas características da luta pela educação infantil.

REPOD: Na atualidade, como a senhora avalia a contribuição dos estudos acadêmicos sobre políticas públicas de educação infantil, bem como a militância brasileira, a exemplo do MIEIB (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil)?

Rita Coelho: A produção de conhecimento, de pesquisas e estudos cresceu muito no Brasil, nesta área e ela é fundamental para a defesa da política. Por outro lado, nem sempre a prioridade das políticas tem relação com a efetividade da política. Muitas vezes, a gente percebe nas pesquisas acadêmicas objetos muito distantes da política de atendimento, muito distante do enfrentamento das desigualdades, mesmo no campo do movimento social. Na educação infantil, a gente tem um movimento específico, que é o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, do qual eu fiz e faço parte e sou uma das articuladoras da existência desse movimento. E eu acho que pesquisa, movimento social e a necessidade social das famílias é a grande força da educação infantil, da política de educação infantil. Eu acho que não vem só da pesquisa, não vem só do movimento social, que durante muito tempo foi fechado na sua luta identitária e ainda dialoga pouco com outras áreas, como a estatística, a avaliação e a economia. A articulação movimento social, necessidade social- porque compartilhar a educação de filhos pequenos hoje é uma necessidade inequívoca da sociedade, do desenvolvimento da sociedade - e a questão da pesquisa, que são três elementos que se uniram e que são importantes para os avanços da política.

REPOD: Em 2003, no primeiro governo de Lula, aconteceu no Brasil o Seminário Nacional sobre Financiamento da Educação Infantil em parceria com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação), tendo ampla participação da sociedade civil por meio de pesquisadores de universidades, deputados, dirigentes de educação dos estados e municípios e representantes de movimentos sociais. Em 2004, a partir do Seminário, foi publicada uma coletânea, a qual a senhora foi uma das organizadoras, com as análises dessa conjuntura e as propostas para o enfrentamento do desafio de ampliar a oferta com qualidade de vagas para a primeira etapa: “Financiamento da educação infantil: perspectivas em debate”. Quais avanços na qualidade e na oferta houve para as políticas de educação infantil a partir daquele movimento? Como a senhora percebe a atuação de organizações multilaterais, como a UNESCO e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) nas políticas de educação infantil no Brasil?

Rita Coelho: Primeiro, é claro que o financiamento é uma questão importante porque a educação infantil só foi reconhecida no FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) (Brasil, 2007) a partir de 2007 como repasse para os municípios, mas foi reconhecida num patamar absolutamente insuficiente. Reconhecer significou baratear, ignorar as necessidades, os insumos necessários para a educação infantil. Eu sou uma defensora de que o financiamento não garante a educação infantil. Nós temos no Brasil um problema de concepção que prevalece mesmo entre os municípios ou entre as políticas que têm recursos financeiros. Então, essa é a minha primeira observação. Aliás, nesta época que você está se referindo, eu declarei várias vezes que felizmente a gente não tinha

financiamento, porque a concepção era tão precária, era tão inadequada, que se a gente tivesse dinheiro, o problema teria sido muito pior em termos de implantação de política. De lá para cá, esse debate cresceu muito, o que não quer dizer que o financiamento cresceu, mas esse debate se qualificou no CAQUi (Custo Aluno Qualidade inicial), o custo aluno qualidade inicial. Participei desses estudos junto com o Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), junto com o UNESCO, junto com o próprio MEC. Então, cresceu a compreensão sobre insumos e cresceu também a pressão por mais recursos, o que nem sempre significou mais recursos. Na última atualização do FUNDEB (Brasil, 2020), os recursos da educação infantil cresceram, o que não quer dizer que estão regulamentados e implementados na educação infantil. Só lembrando que no FUNDEB, a aplicação do recurso não é vinculada à matrícula que gerou o repasse do recurso. O segundo grande artigo do FUNDEB dá opção ao gestor sobre onde ele vai aplicar o recurso. Nós temos recursos que entram vinculados às matrículas da educação infantil e que estão aplicados no ensino fundamental, na EJA, na infraestrutura. Existem vários estudos, vários monitoramentos de Tribunais de Conta mostrando isso para nós. Essa última lei do FUNDEB avançou na educação infantil, mas a nossa regulamentação ainda não garante a questão do VAAR (Valor Aluno Ano Resultado, a questão dos 50% do percentual da União está vinculado à educação infantil. Então, é uma disputa! É uma disputa de interesses, é uma disputa de poder e essa disputa, muitas vezes está sustentada na fragilidade da concepção, não na fragilidade legal. Mas na fragilidade para a educação infantil, a sociedade ainda aceita qualquer coisa. Atualmente ando muito impactada com a discussão da docência na educação infantil. Vimos isso em Santarém, vimos em outros seminários. O entendimento é que para ser docente na educação infantil necessariamente não precisa ter curso superior, não precisa estar na carreira do professor. Isso está na lei, mas na prática, a sociedade aceita. A sociedade aceitaria fazer uma cirurgia de coração por um auxiliar de enfermagem? Não, não aceita. Mas aceita a criança, os pais aceitam, o gestor aceita, a sociedade aceita.

REPOD: Professora Rita, nos fale sobre o seu trabalho junto à União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e sua relação com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

Rita Coelho: Fui conselheira da UNCME em Belo Horizonte. A partir dessa função de conselheira, fui eleita para ser presidente da União Nacional dos Conselhos Municipais. Eu considero e sou muito reconhecida nesse trabalho porque quando eu assumi a UNCME, no bom sentido, era um clube de quatro amigos: três do Nordeste, um de Santa Catarina. Não tinha nenhuma institucionalização. Quatro grandes amigos apaixonados pela causa que se dedicavam, que discutiam isso. E ao assumir a presidência, o meu primeiro compromisso foi institucionalizar a UNCME. Ela tinha que ter uma ata de criação, tinha que ter uma sede em Brasília, tinha que ter um regimento interno e eleições periódicas. Isso tudo a gente construiu. E a hoje uma grande entidade baseada nesse trabalho. Mas destaco que nenhum trabalho meu é individual. Então, quando falamos de trabalho e eu respondo, estou falando sempre de um trabalho coletivo, é sempre um trabalho de articulação. Hoje estou na galeria dos presidentes e recebo títulos e homenagens e o atual presidente sempre faz menção a importância da minha gestão, mas ressalto que sempre foi um trabalho de parcerias. Sobre a Undime, sempre fomos parceira nos seminários, na organização, nos debates, nas conferências. Porque educação infantil é UNDIME. Mas eu nunca assumi nenhum cargo. Sempre fui uma colaboradora.

REPOD: E como está hoje a relação com a UNDIME e com a UNCME nas parcerias para as políticas atuais de educação infantil?

Rita Coelho: Elas são muito impactadas pelo contexto atual do governo. Eu diria que todos as entidades e movimentos sociais. O próprio MEC hoje é impactado no seu papel de coordenador, de dar as diretrizes nacionais na educação infantil. Ele é muito impactado pelo contexto atual. Acabamos de sofrer um corte orçamentário. E a composição do governo não é uma composição articulada a um único projeto, é uma composição de frente ampla. Isso tudo tem um impacto muito grande. Mas são entidades que vêm se fortalecendo sim. Atualmente, a UNDIME está em processo de eleição. Eles vão fazer nova eleição para a diretoria da presidência nacional. E é claro que esse processo é sempre um processo contraditório, de disputas e prioritário para a entidade, mas eles são nossos parceiros. Estiveram em Santarém, estiveram em Recife, estarão em São Paulo, estarão em Belo Horizonte, que são os próximos seminários. São entidades poderosas, e bastante respeitadas e temos um diálogo que nós não abrimos mão.

REPOD: Em outro momento a senhora já esteve nessa posição de coordenadora que está agora, certo? De 2007 a 2016, na Coordenação Geral de Educação Infantil. Nos fale sobre essa experiência anterior e sobre a experiência atual novamente na Coordenação da COGEI.

Rita Coelho: Eram outras dificuldades. Inclusive tenho uma entrevista num caderno da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), que é dessa época e que vocês podiam ler. As pessoas ficaram muito impressionadas porque eu fiquei tanto tempo no MEC. Eu passei por cinco ministros nesse período. E na minha avaliação, foi um período em que a educação infantil era uma prioridade do Ministério da Educação pela pressão social, pela fragilidade da nossa integração ao sistema educacional, pela complexidade dessa integração, porque na educação nós não somos sistema único, como saúde e assistência, nós somos vinculados a um sistema que pode ser federal, estadual, municipal ou distrital e são sistemas autônomos com funções concorrentes. O município pode também normatizar, pode regulamentar e ele não está subordinado à União, ele não está subordinado ao Estado, principalmente se ele se organizou como um sistema próprio, como um sistema municipal em torno da educação, percebe? Tudo isso é muito complexo, é muito completo até hoje. Na primeira gestão, isso foi foco de um trabalho que era um acordo do ministério. Havia um projeto que perpassava o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o INEP (Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira), a SEB, a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), focado nos dilemas da educação infantil. Isso foi muito rico e muito menos desgastante, porque o projeto era do governo, não era da COGEI nem era da SEB, era um projeto do governo federal, do governo Lula e depois do governo Dilma. Mas veja que contraditório! Ao mesmo tempo que existia esse projeto com essa consistência, é nesse contexto que o governo federal sofre um golpe, que é o golpe do impeachment. É muito interessante a história porque ela realmente não é uma linha reta e não é uma linha ascendente. Como é possível um governo que tinha um projeto de governo de estado, que estava avançando nesse projeto, um projeto dialogado, um projeto democrático e esse governo sofre o golpe. Foi uma época muito boa, muito rica, muito fluida para trabalhar na contradição, porque a gente não trabalha em nenhum jardim, nenhum mar de rosas. A gente trabalha numa sociedade contraditória, permeada de interesse, de disputas, de deslealdade, de tradições. Mas foi um trabalho muito bom e que sofreu uma derrota, na nossa opinião, muito vinculada também à situação de ter uma presidente mulher, muito vinculada ao machismo. Foi uma dor imensa, mas saímos de cabeça erguida. No meu caso, os dirigentes do MEC me procuraram pra falar: “Nós estamos saindo, você quer sair conosco?”

Eu falei: “Não, eu quero dar trabalho para eles. Eles vão ter que me tirar. Eu não vou sair assim tranquila.” E me tiraram de um jeito muito ruim, que me fez sofrer muito. Eu estava em Fortaleza representando o MEC num evento, um auditório lotado, quando o secretário de Educação Básica me ligou falando: “Hoje foi publicada a sua exoneração, você não representa mais o MEC.” Eu me retirei do auditório muito emocionada, muito apoiada, debaixo de aplausos, mas isso não é jeito de você tratar uma profissional. A atual gestão é muito desafiadora, porque não existe um projeto de governo para a educação infantil. Existe um projeto do MEC, existe um projeto do nosso ministro para Educação Básica. Mas o MEC hoje tem outras prioridades, inclusive orçamentárias, que é a educação em tempo integral, o *Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*, o ensino médio, a conectividade, o *Pé de Meia*. E nessas prioridades, a educação infantil não está incluída nem no orçamento, nem na disputa por concepção, por espaço. Por outro lado, eu tenho uma clareza e compartilho essa clareza com alguns dos nossos dirigentes do MEC, que a importância hoje da educação infantil não é dada pelas suas características de primeira etapa da Educação Básica, é dada pelo seu compromisso com a democracia. E nós estamos no governo defendendo a educação infantil como um pilar, como uma condição da democracia, de uma sociedade democrática, de uma sociedade justa. Neste sentido, o projeto de hoje é maior do que o projeto anterior, porque o contexto em que a democracia está ameaçada, o contexto de polarização da nossa sociedade, o contexto do golpe de 8 de janeiro, torna a defesa da educação infantil muito mais estratégica, muito mais que na gestão anterior, que era uma defesa pela Educação Básica, pela primeira etapa da Educação Básica. Hoje é outro contexto e isso ao mesmo tempo que justifica estar no MEC, nos fortalece, nos ampara, porque dá tranquilidade para você não considerar como derrota, como não realização algumas perdas como as que nós estamos tendo em programa da educação infantil, como o *EI Manutenção*, que é um programa estratégico, exemplar, na ampliação de matrícula em parceria como os municípios e a gente está sem financeiro para isso, para outras coisas também. Mas estou falando desse lugar que é meu. Então, essa falta de orçamento não nos abate tanto porque o nosso lugar aqui é de uma luta muito maior. É uma luta pela dignidade da infância, é uma luta pelo respeito aos direitos da criança, é uma luta contra a fome. Isso é fundamental numa sociedade que se quer democrática.

REPOD: Nesse mesmo período da primeira gestão (2009), tivemos a revisão e a atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (Brasil, 2009), referência para o trabalho, inclusive para a organização da BNCC (Brasil, 2018). Em que medida a senhora acredita que esse documento tem contribuído para a compreensão da educação infantil como etapa de ensino? Que problemas o entendimento da função da educação infantil a gente ainda enfrenta?

Rita Coelho: Sobre as primeiras Diretrizes, com todo respeito, eu não considero que ali tem diretriz, ali tem alguns princípios muito gerais: era um conjunto de princípios e um grande silêncio sobre as questões da educação infantil. Em 2008, quando fizeram uma consulta ao Conselho Nacional pedindo que ele atualizasse as Diretrizes Curriculares, fizemos seminários regionais com o Conselho Nacional, com a UNDIME. Foi um processo exemplar, maravilhoso, me orgulho muito dele. Considero o Parecer que fundamenta as diretrizes com texto básico, inequívoco, sobre concepção de educação infantil. Aquilo tinha que cair no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio, tinha que cair no vestibular. Tinha que ser leitura obrigatória em todo curso de Pedagogia. A leitura do parecer porque a resolução já é outra coisa. No texto do parecer tem coisas lindas. A definição de currículo dele é maravilhosa: currículo é prática, não é texto, não é documento. Currículo é o que acontece na prática, na hora que eu pego na criança ou que eu abraço ou no meu tom de voz. A revisão das diretrizes foi um trabalho muito importante, muito prazeroso, com a consultoria da professora Zilma de Oliveira e da Ana Paula Soares, ambas da USP (Universidade de São Paulo), com a relatoria do professor Moacir Feitosa,

que era conselheiro representando a UNDIME e depois foi secretário em São Luís. Ele é um grande companheiro nosso nessa luta pela educação infantil. Muitas vezes as pessoas me fazem perguntas e eu peço para elas lerem o parecer que fundamenta as diretrizes. Inclusive, nos nossos Parâmetros que a gente levou quatro anos discutindo recentemente, eles são muito iluminados pelas diretrizes, porque nas diretrizes se fala em equidade, em educação do campo, nas populações ribeirinhas, nas crianças com deficiências, nos quilombolas. Defendendo muito as diretrizes e elas nos salvaram na Base nos salvaram em vários momentos do nosso cotidiano. É uma pena que elas não se posicionaram tão extensivamente em relação à avaliação. Falam da avaliação da escola, da não reprovação da criança e da avaliação em larga escala, mas não entram na concepção de avaliação, que hoje é uma grande disputa da nossa área.

REPOD: O FUNDEB permanente (Brasil, 2020) foi uma vitória para a educação infantil em termos de investimentos, embora a gente saiba que temos muito a caminhar, pois mesmo com essa abertura de financiamento, ainda temos dificuldades em relação à ampliação de vagas para creches. Como a senhora percebe as parcerias público-privadas nesse movimento de ampliação e ações como o uso de voucher, como já acontece no Chile?

Rita Coelho: Mais do que eu penso, a nossa legislação não admite isso. O FUNDEB admite a aplicação nas entidades parceiras da rede pública. Está naquele item que eu já citei que é o gestor que define onde ele quer aplicar. Isso é uma prerrogativa da lei do FUNDEB. A aplicação de recursos públicos na rede privada com fins lucrativos é proibida, a lei não permite. E eu sou contra. Entretanto, a gente entra na disputa de concepção. Você tem Ministério Público que manda aplicar em voucher, que manda comprar vaga na rede particular com fins lucrativos. Então, eu quero voltar ao meu ponto de vista: financiamento é um problema, o financiamento é suficiente? Não, mas o nosso problema não é só de financiamento, o nosso problema é de concepção também. É preciso analisar isso dentro de um contexto maior em formas em que o Estado brasileiro, não a educação infantil, vem ampliando as formas de privatização do Estado, não só da educação. Digo muito isso nas minhas entrevistas, nas minhas palestras: alguns problemas que a gente vive na educação infantil, não são da educação infantil, são problemas estruturais do país que se manifestam na educação infantil, como se manifestam no ensino superior, como se manifestam na saúde, como se manifestam na assistência social. Essa distinção é muito importante. Vejo que essa questão da privatização está se manifestando na educação infantil como uma decorrência da opção estrutural que o Brasil está fazendo pela privatização. Olha o que nós estamos discutindo essa semana em relação à questão das estatais brasileiras que têm déficit. A grande defesa é privatizar, privatizar Correios, privatizar Infraero. Essa distinção é importante. Currículo é uma discussão da educação infantil, em que nós tínhamos que ter mais voz, mais vontade, mais articulação política, mais estratégias. Formação de professor é uma discussão da educação infantil. Privatização é uma discussão que ocorre na educação infantil, mas ela não é da educação infantil.

REPOD: Em 2024, tivemos a publicação da Resolução n. 1 das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2024). Quais os principais impasses que a senhora vê para que esses marcos regulatórios possam, de fato, romper com o processo histórico de desigualdade socioeconômica e educacional que afetam drasticamente o público da educação infantil? E quais são os referenciais de implementação?

Rita Coelho: Os referenciais implementação estão nos Parâmetros, eles são abrangentes e não há possibilidade de implantá-los se não for gradual e progressivamente. A outra questão, novamente, a gente cai no problema de concepção. Os Parâmetros no âmbito federal estão regulamentados, normatizados pela instância máxima regulatória da educação, que é o Conselho Nacional de Educação. Eles estão homologados pelo ministro da educação. Eles estão publicados no Diário Oficial da União, ou seja, no âmbito federal, essa discussão se esgotou. As pessoas não estão entendendo isso. Questionar os Parâmetros agora é no Supremo. Nós do MEC não podemos fazer mais nada. Eles estão regulamentados, aprovados, homologados, publicados. O Supremo já disse que a instância máxima de normatização e regulação no campo da educação é o Conselho Nacional de Educação. Ele já se posicionou. Entretanto, nesta posição, ele orienta que os órgãos normativos dos respectivos sistemas também atualizem suas normativas. Então, onde está a disputa agora? Nos Conselhos Estaduais de Educação, no Conselho Distrital de Educação, nos Conselhos Municipais de Educação. Não adianta encaminhar para o Conselho Nacional ou para o ministro pedido de revogação dessa resolução porque está fora de competência. Por outro lado, os Parâmetros não equacionam tudo, porque nem tudo há consenso. Muita coisa permaneceu na disputa e essa disputa está registrada nos Parâmetros. Docência na educação infantil é uma disputa que o Parâmetro não resolveu, inclusive delegou para os respectivos sistemas estaduais, distrital, municipal. É lá que nós temos que correr agora e fazer essa discussão. A própria questão da equidade, o Parâmetro reconhece, mas não resolve. Quem vai garantir a equidade? O município faz a oferta para o quilombola, no campo, nas águas, na floresta, para crianças com deficiência. É o município e não o Parâmetro. Ele não determina qual é o percentual que eu tenho que atender, que relação tem o percentual de criança com deficiência com o percentual de atendimento do município, do plano, do PTA (Plano de Trabalho Anual). Isso tudo está para ser construído. A Resolução n. 1 é para analisar os indicadores de ensino e aprendizagem do município, construir o Plano de trabalho anual, equipe técnica da secretária, articuladora Municipal e supervisora de Unidade Pedagógica. Consolidar de forma sistemática no Cronograma de Reunião anual, considerando os momentos formativos de Supervisores Pedagógicos e Supervisor de Unidade Pedagógica momentos de discussão, análise, tomada de decisão, monitoramento e retomada de Plano de Trabalho Anual é uma grande provocação aos respectivos sistemas, o próprio MIEIB fazendo uma confusão em relação a isso. O CNE está aberto ao diálogo fundamentado.

REPOD: Professora Rita, a senhora é uma das referências na discussão sobre políticas públicas para a primeira infância no Brasil. O que a senhora enxerga de possibilidades no horizonte para educação infantil nos próximos anos? Quais os próximos passos necessários para que o direito dos bebês e crianças sejam garantidos no acesso permanência a uma educação infantil pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade socialmente referenciada?

Rita Coelho: Embora a disputa seja difícil, tenho evidências de que nós avançamos e continuaremos a avançar. É mais ou menos como se você me perguntasse: "O Brasil vai avançar?" Claro que vai avançar! O Brasil está avançando. Se você analisar os indicadores, analisar o censo escolar, a oferta, o debate público, o envolvimento de diferentes ministérios, o que as pesquisas mostram, eu não tenho nenhuma dúvida de que nós vamos avançar, avançar na disputa, na luta. Por isso a democracia é fundamental, porque sem ela podemos retroceder, porque aí é uma questão de autoritarismo, é uma questão de fascismo e as crianças são a população que mais sofre nessas crises do autoritarismo. Vocês estão vendo em Gaza, vocês estão vendo na Ucrânia como que essa disputa, como que a violência, como que a fome atinge as crianças barbaramente. Mas eu acredito e provo por uma trajetória histórica que ela só poderá ser interrompida por um processo autoritário de direita fascista antidemocrático. O caminho da educação infantil, da primeira infância, está avançando e ainda vai avançar muito,

muito, inclusive porque a infância também hoje é outra coisa. Essas crianças são muito competentes, muito curiosas, são nossas grandes parceiras. Essa é a minha posição, mas é mais do que uma aposta, pois a gente tem dados. A pandemia mostrou na crise a importância da educação infantil. Nós somos a etapa que recuperamos as nossas taxas antes da pandemia, recuperamos mais rapidamente.

REPOD: Professora Rita, muito obrigada pelo teu tempo, pela tua disposição. É sempre um privilégio te ouvir, estar nesse mesmo tempo histórico que você.

Rita Coelho: Que bom! E é muito bom estar com vocês também.

Referência de marcos legais discutidos nesta entrevista

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 de dezembro 2009. Seção 1, p. 18.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11494.htm. Acesso em: 12 ago. 2020.

Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 dez. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/14.113.htm. Acesso em: 18 mar. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o Conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 de dez. 2018. Seção:1, p.120.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 1, de 17 de outubro de 2024. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 out. 2024. Seção 1, p. 40.